



**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
2013**

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo apresentar as informações do Banco Rodobens para atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil, através da Circular 3.477, de 24/12/2009, que dispõe sobre a divulgação de informações de natureza qualitativa e quantitativa relativas à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR).

A Diretoria do Banco Rodobens, por delegação do Conselho de Administração, é responsável pela condução dos negócios, pela divulgação das demonstrações financeiras, pela compreensão dos riscos que possam impactar o capital, pelo acompanhamento contínuo das atividades de gerenciamento de riscos e pela divulgação das informações sobre o gerenciamento de riscos.

PERFIL DO BANCO

Vinculado ao Grupo Rodobens, que possui mais de 60 anos de tradição e experiência no mercado de veículos desde a sua fundação.

O Banco Rodobens atua sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar na carteira comercial, carteira de crédito, financiamento e investimento e de Leasing, e atua no financiamento de automóveis e veículos comerciais, oriundos de revendas próprias das marcas Toyota, Mercedes Bens e Volkswagen.

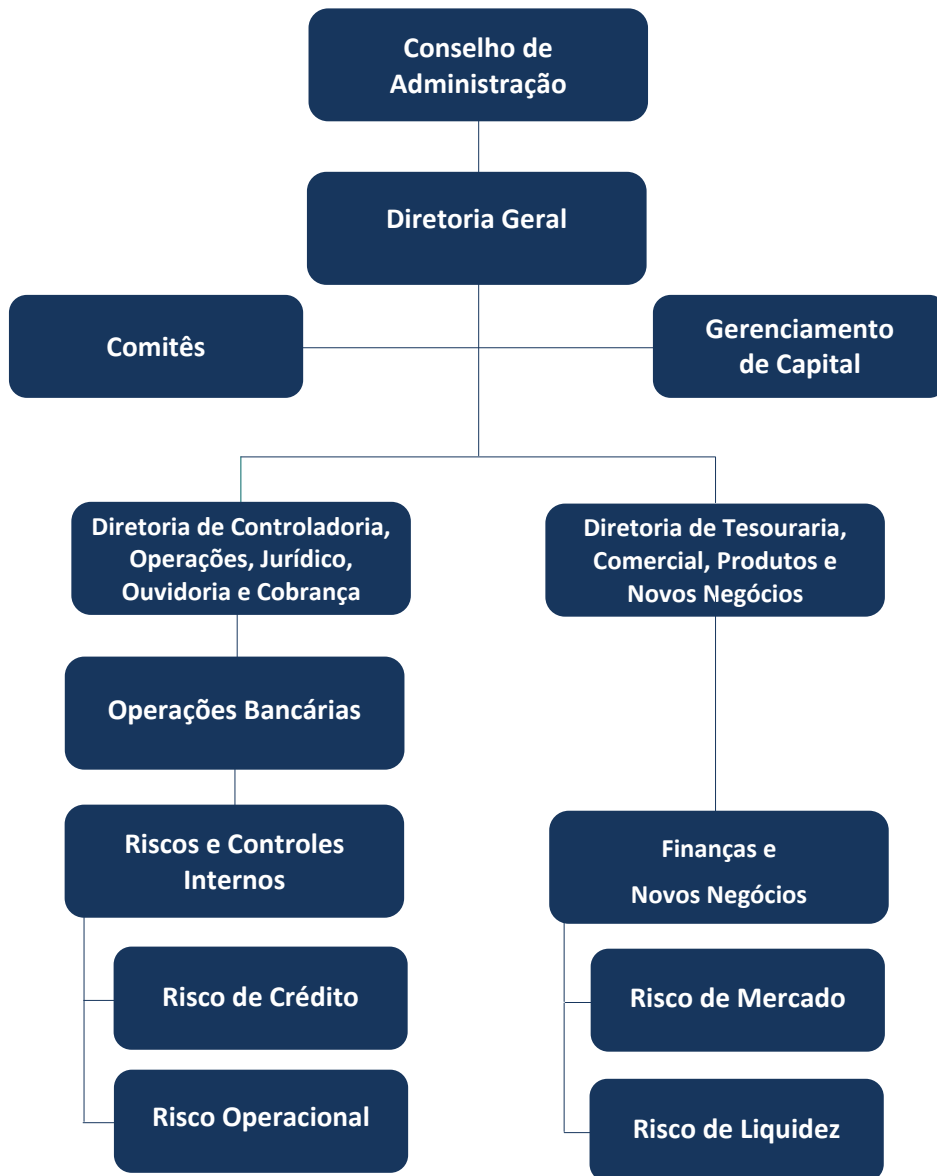
GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos é considerada pelo Banco Rodobens um instrumento essencial para tomada de decisão, para o acompanhamento do desempenho dos negócios, para a geração de valor ao Banco e aos acionistas, com a definição de estratégias e objetivos para atingir o equilíbrio entre as metas de crescimento orçamentárias, o retorno de investimentos e os riscos associados ao negócio.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Rodobens atende as regulamentações do Banco Central do Brasil, as melhores práticas de mercado e está habilitada para medir, monitorar e mitigar a exposição aos riscos, sendo compatível com a natureza de suas operações.

O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidades independentes, segregadas das áreas de negociação (tomadoras de risco), visando assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com as políticas e os normativos institucionais.



RISCO DE CRÉDITO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- (I) o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- (II) o risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do País onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- (III) a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- (IV) a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

POLÍTICA

As políticas relacionadas ao processo de concessão de crédito e de cobrança estabelecem regras definidas e aprovadas e abrangem entre outros, os seguintes aspectos: informações cadastrais, comprometimento de renda, capacidade de pagamento, produto, prazo, percentual de entrada, garantia, análise julgamental, régua e ações de cobrança.

A avaliação de risco de crédito fornece subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, e possibilita, ainda, a definição de políticas de crédito diferenciadas em função das características e do porte do cliente.

METODOLOGIA

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito prevê:

- ✓ Análises de crédito baseada em credit score e julgamental;
- ✓ Estabelecimento de limites;
- ✓ Sistemas de avaliação da evolução da carteira de crédito;
- ✓ Regras e procedimentos para recuperação de crédito;
- ✓ Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito e a adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela legislação;
- ✓ Análise mensal dos maiores clientes.

MONITORAMENTO

O monitoramento tem por objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação do risco de crédito e o Banco atua, continuamente, no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no controle de concentrações, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos e adequação das políticas.

Para controle e gerenciamento de risco de crédito são consideradas, principalmente, a qualidade (classificação e avaliação dos clientes) e a composição e concentração da carteira (por cliente, grupo econômico, região de atuação, setor de atividade e sua maturidade).

AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita, ainda, a definição de políticas de crédito diferenciadas em função das características e do porte do cliente, oferecendo embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

São realizados testes de estresse para análise do comportamento da carteira em situações extremas, considerando a definição dos “cenários de crise” de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

Os resultados gerados pelo teste de estresse são avaliados pela diretoria, e se for o caso, o Banco poderá revisar sua política de concessão de crédito ou contingenciar linhas de negócios.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Crédito (SGRC) e do conjunto de Políticas, Normas e Procedimentos constantes no Manual de Controles Internos (MCI) que visam administrar e mitigar a exposição do Banco, através da avaliação das concentrações, dos clientes com maior potencial de risco, da suficiência de garantia, entre outros.

A manutenção de sistemas, modelos e procedimentos de concessão de crédito são continuamente revisadas, buscando aprimorar a qualidade das informações e o aperfeiçoamento dos processos.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Em conformidade com o artigo 6º da Circular 3.477/2009 do Banco Central do Brasil, apresentamos as informações relativas às exposições ao risco de crédito:

Valor Total das Exposições e Valor da Exposição Média no Trimestre				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Total da Exposição da Carteira	1.367.855	1.404.362	1.398.897	1.396.193
Exposição média do Trimestre	1.383.520	1.415.482	1.399.556	1.407.007

Distribuição por Faixa de Atraso				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Até 60 dias	10.833	8.697	8.543	9.846
Entre 61 e 90 dias	2.318	2.437	1.927	1.944
Entre 91 e 180 dias	4.072	4.553	3.617	3.581
Acima de 180 dias	6.625	7.012	8.691	8.923
Total em atraso	23.848	22.699	22.778	24.294

Percentual das Exposições dos 10 Maiores Clientes em Relação à Carteira				
10 maiores devedores	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
		5,31%	5,32%	4,82%

Operações Baixadas para Prejuízo				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Operações baixadas para prejuízo	8.892	8.315	7.449	10.914

Montante de Provisões para Perdas				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Provisões	39.515	40.725	41.947	40.636

Distribuição da Exposição por Fator de Ponderação de Risco Conglomerado Financeiro – FPR				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
FPR de 20%	78	71	678	117
FPR de 50%	-	-	-	10.029
FPR de 75%	-	-	-	-
FPR de 100%	66.486	70.084	57.560	32.351
FPR de 150%	211.288	207.092	217.651	212.852
FPR de 250%	-	-	-	38.055
FPR de 300%	-	-	-	-
Total Alocado	277.852	277.247	275.889	293.404

Distribuição da Exposição por Região Geográfica				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Nordeste	188.000	203.040	201.369	194.194
Sul	75.005	70.840	63.517	62.709
Norte	258.497	278.466	291.216	297.000
Centro-Oeste	263.733	282.315	295.326	302.955
Sudeste	582.620	569.701	547.469	539.335
Total	1.367.855	1.404.362	1.398.897	1.396.193

Distribuição por Setor Econômico				
Valores em R\$ Milhões	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Indústria	58.111	58.577	60.405	64.671
Comércio	247.373	267.966	275.585	288.727
Rural	7.906	10.439	9.934	9.651
Serviços	453.930	490.602	495.879	495.427
Pessoa Física	600.535	576.779	557.094	537.627
Total	1.367.855	1.404.362	1.398.897	1.396.193

Valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas:

Risco de Crédito da Contraparte				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Com atuação de câmaras	12.138	1.876	27.814	1.500
Sem atuação de câmaras	128.546	133.831	145.836	152.553

Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação.

<i>Risco de Crédito da Contraparte</i>				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Valor positivo bruto dos contratos	355.488	315.488	316.135	270.028

RISCO DE MERCADO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.464 do Banco Central do Brasil, define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, nas operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

POLÍTICA

O Banco Rodobens adota como estratégia de “*funding*” a diversificação de fontes e produtos de captação e volume necessário para suprir o saldo de suas operações ativas, mantendo sempre caixa livre disponível no máximo entre 50% do PL (exceto investimento em coligadas) e 50% do Caixa do Grupo, obedecendo à política de limites de descasamento aprovadas pelo Comitê de Gestão.

A estratégia de “*funding*” é aprovada pelo Comitê de Gestão.

O relacionamento com Instituições Financeiras obedece às diretrizes corporativas que aprovam o “*rating*” mínimo necessário para manutenção de operações ativas e passivas, pautada também na política de longo prazo.

LIMITES OPERACIONAIS

O estabelecimento de limites de risco tem por finalidade limitar as operações, onde se tem um conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco e para garantir a alocação de capital. Sempre que ocorrer a extrapolação de limite é convocado o Comitê de Gestão a fim de verificar os motivos da ocorrência e a adoção de medidas cabíveis.

METODOLOGIA

O Banco Rodobens adotou um conjunto de metodologias de análise de sensibilidade, discriminado abaixo, para avaliar o risco de mercado:

- ✓ **Cálculo do VaR** (*Value at Risk* ou Valor em Risco): valor que representa a perda esperada durante um certo intervalo de tempo, sob condições normais de mercado com um grau de confiança considerado adequado.
- ✓ **Descasamento de Ativos e Passivos**: os ativos e passivos são marcados a mercado (*Mark-to-Market*) por carteira e indexador pelos respectivos prazos de duração.
- ✓ **Simulação do Cenário de Stress** (*stress test*): realizado para estimar possíveis perdas no capital da Instituição (patrimônio) em situações extremas de mercado ou volatilidade. São utilizados como premissas para o cenário de simulação as políticas e limites internos para exposição ao risco, sendo as variáveis para cálculo do VaR, cenários de liquidez e cenários de inadimplência.
- ✓ **Análise de Sensibilidade**: comportamento da carteira do Banco em caso de alteração nas curvas das taxas de juros de cada fator de risco.

O **VaR** e o **Stress Test** são ferramentas complementares para avaliação de risco de mercado: o primeiro reflete o “risco cotidiano” e o segundo reflete o “risco em uma situação de crise”.

EXPOSIÇÃO A RISCOS

O risco de mercado compatível com a natureza das operações do Banco está relacionado à flutuação de taxas de juros em função de mudanças de cenário econômico.

MONITORAMENTO

O monitoramento das operações e posições sujeitas a risco de mercado é realizado através da mensuração do Valor em Risco (*VaR*) das carteiras, possibilitando a adequação da exposição a níveis aceitáveis. São apresentados relatórios de descasamento de ativos e passivos, permitindo o controle dos limites de concentração nos respectivos mercados no qual o Banco mantém posições.

A Área de Gerenciamento de Risco de Mercado disponibiliza relatórios gerenciais periódicos de controles das exposições à Diretoria e realiza diariamente o monitoramento dos limites operacionais e as posições assumidas pela Tesouraria.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE MERCADO

Os testes de estresse são realizados periodicamente através do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (SGRM) considerando “cenários de crise” definidos pela Diretoria de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (SGRM), adequado aos negócios do Banco, e do conjunto de Políticas, Normas e Procedimentos constantes no Manual de Controles Internos (MCI).

RISCO DE LIQUIDEZ

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 2.804 do Banco Central do Brasil, define-se risco de liquidez como:

- (I) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- (II) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco liquidez, aprovada e revisada anualmente apresenta as diretrizes para o processo decisório para a administração do risco de liquidez:

- ✓ Apuração e acompanhamento diário do risco de liquidez;
- ✓ Definição e acompanhamento de estratégias de diversificação das fontes e prazos de captação;
- ✓ Estabelecimento de limites, de curto e de longo prazo;
- ✓ Realização periódica de testes de estresse;
- ✓ Definição de plano de contingência de liquidez, com os procedimentos e instrumentos para fazer frente às situações de estresse.

LIMITES

O Banco Rodobens estabelece “limite mínimo” de caixa, que visa proporcionar maior conforto para a administração da liquidez e consequentemente garantir a capacidade de pagamento dos compromissos.

Caso seja observada condição de não-conformidade dos fluxos projetados com a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e seja detectada dificuldade de adequação desses fluxos às diretrizes estabelecidas, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) é imediatamente acionado para definir as medidas necessárias ao reenquadramento do caixa.

ADMINISTRAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A administração do risco de liquidez observa os seguintes princípios:

- ✓ Cumprimento da legislação em vigor e o cumprimento das políticas de crédito.
- ✓ Acompanhamento diário do fluxo de caixa projetado pelo Banco.
- ✓ Limite Mínimo de Caixa.
- ✓ Avaliação diária das operações da carteira, com acompanhamento detalhado das projeções de fluxo de caixa até 252 dias úteis.
- ✓ Acompanhamento diário das liquidações de contas a receber.
- ✓ Utilização das boas práticas bancárias, ética e boa conduta.
- ✓ Acompanhamento sistemático das operações a fim de evitar descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações.
- ✓ Definição de políticas de contingência e planejamento de liquidez.
- ✓ Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomadas de decisões.

A projeção do fluxo de caixa se baseia nos seguintes componentes:

- ✓ Previsão de valores a receber em carteira.
- ✓ Projeção do desembolso com novas operações.
- ✓ Despesas administrativas, conforme orçamento.
- ✓ Saldo dos recursos aplicados.
- ✓ Saldo dos recursos à vista.
- ✓ Fluxo de novas captações no mercado.
- ✓ Fluxo de vencimento das operações passivas.
- ✓ Compulsório sobre recursos à vista.

O monitoramento do caixa é realizado diariamente considerando as datas de pagamentos e recebimentos e os valores de todos ativos e passivos, referente a cada prazo. O processo de monitoramento é feito em tempo real para as transações do SPB (da Abertura ao Fechamento do Caixa) e com isso, todos os destaques de movimentação de ativos e passivos ocorridos durante o dia são reportados à Alta Administração.

MONITORAMENTO

Os prazos, moedas e os diferentes mercados são avaliados e monitorados diariamente para garantir aderência aos limites estabelecidos.

As exposições são controladas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Os empréstimos e financiamentos são analisados de forma consolidada e por região / revenda.

Acompanhamento / controle diário da carteira de vencidos (inadimplência).

PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência do Banco Rodobens prevê alternativas que devem ser aplicadas quando da ocorrência de situação de estresse de liquidez e os efeitos positivos pela aplicação do Plano de Contingência devem ser suficientes para o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

As alternativas serão priorizadas em função do momento do mercado ou em função do perfil da carteira de ativos, sendo as principais ações a serem tomadas em estresse de liquidez:

- ✓ **Primárias:** utilização de limites pré-aprovados para captação de novos recursos, limitação de concessão ou renovação de operações de crédito e/ou aumento do volume de captações junto a empresas ligadas.
- ✓ **Secundárias:** Ceder créditos, estruturar securitização de recebíveis, utilizar linhas com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e/ou obter aporte financeiro dos acionistas.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (SGRM), adequado aos negócios do Banco, e do conjunto de Políticas, Normas e Procedimentos constantes no Manual de Controles Internos (MCI).

RISCO OPERACIONAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Aliado aos riscos operacionais citados inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiências em contratos firmados pelo Banco Rodobens, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Rodobens.

A definição do risco operacional concentra-se sobre o perfil do processo e da atividade, em face dos recursos e tecnologia utilizados, pessoas envolvidas e a possibilidade de ocorrência por ação, omissão, negligência, deficiência conceitual ou operacional.

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco operacional, aprovada e revisada anualmente, visa garantir a efetividade do modelo de gestão e estabelece as atividades relacionadas à administração dos processos e atividades do Banco.

A melhoria contínua de processos é uma das principais diretrizes do Banco Rodobens e o gerenciamento do Risco Operacional é fundamental para segurança de nossos clientes, colaboradores e acionistas.

EVENTOS DE RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional são classificados em oito níveis:

- ✓ Fraude interna;
- ✓ Fraude externa;
- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- ✓ Interrupção das atividades da instituição;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para gestão do risco operacional contempla as seguintes fases:

- ✓ Mapeamento / Cadastro do Processo
- ✓ Identificação dos riscos e classificação do impacto e da probabilidade de ocorrência
- ✓ Classificação da efetividade do controle utilizado
- ✓ Associação das áreas responsáveis por cada processo
- ✓ Visualização da estrutura do macro processo, processo, subprocesso, atividades, riscos e controles.
- ✓ Avaliação / Mensuração do Risco
- ✓ Definição de Planos de Ação

O Banco Rodobens utiliza para apuração da parcela de capital para cobertura de Risco Operacional a metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa”, prevista no artigo 1º da Circular 3.383, de 30/04/2008.

MONITORAMENTO

O monitoramento dos riscos relativo às atividades dos processos operacionais visa garantir que:

- ✓ Os riscos operacionais associados as suas atividades sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração;
- ✓ A estrutura de controles internos seja permanentemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, reduzindo os custos associados aos riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- ✓ A implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional será pautado em avaliações preventivas e corretivas de processos, atividades e eventos de perdas, avaliações dos controles adotados, considerando-se a participação de pessoas, processos, sistemas e/ou eventos externos.

SISTEMA

A Gestão de Risco Operacional contará com o apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional (SGRO) adequado ao volume e complexidade dos processos e atividades.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.988, do Banco Central do Brasil, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição e (iv) adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

O Banco Rodobens possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações, através de processos consistentes que apontam o perfil do risco e o correspondente consumo de capital.

São considerados no gerenciamento de capital os seguintes aspectos: cenário econômico, fatos relevantes, ameaças e oportunidades, ambiente regulatório, condições mercadológicas, metas de crescimento e de participação do mercado, fontes de capital, projeções de crescimento da carteira, das receitas e das despesas que visam monitorar as necessidades de capital frente aos riscos de exposição.

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Apresentamos o detalhamento das informações referentes à evolução do Patrimônio de Referência (PR):

Conglomerado Financeiro				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Patrimônio de Referência	405.060	415.069	422.809	433.127
Patrimônio de Referência Nível I	405.060	415.069	422.809	433.127
Patrimônio Líquido	391.222	415.071	410.453	410.487
(-) Ativo Permanente Diferido	18	3	1	8

Consolidado Econômico-Financeiro				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Patrimônio de Referência	799.509	806.513	832.316	-
Patrimônio de Referência Nível I	799.509	806.513	832.316	-
Patrimônio Líquido	768.096	752.632	810.777	-
(-) Ativo Permanente Diferido	4	2	1	-

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO

Apresentamos a alocação de capital compatível com os riscos para o conglomerado financeiro e conglomerado econômico-financeiro.

Conglomerado Financeiro – Risco de Crédito				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9	5	584	7
Operações de TVM	30.086	26.468	19.001	10.029
Operações de Crédito	225.429	228.711	233.693	235.767
Créditos Tributários	3.446	3.676	3.905	10.444
Garantias Prestadas	-	-	-	-
Outros Ativos	18.882	18.387	18.706	37.156
Total Alocado	277.852	277.247	275.889	293.404

Conglomerado Financeiro – Risco de Mercado				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Parcela PJUR (1)	53.620	56.688	49.674	77.326
Total Alocado	53.620	56.688	49.674	77.326

Conglomerado Financeiro – Risco Operacional				
<i>Abordagem Padronizada Alternativa</i>				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Valor da Parcela POPR – Total Alocado	3.898	3.898	4.575	4.575

Conglomerado Financeiro – Adequação do Patrimônio de Referência				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Patrimônio de Referência (PR)	405.060	415.069	422.809	433.127
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	281.757	284.597	280.476	297.989
Índice de Basileia II – Oficial	15,81%	16,04%	16,58%	15,99%
(-) Ativo Permanente Diferido	4	2	1	8
Margem (folga de capital)	54.392	78.526	74.579	34.669
Risco de Taxas de Juros na Carteira Banking (Rban)	68.911	51.946	67.754	100.469

Consolidado Econômico-Financeiro – Risco de Crédito				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9	5	37	-
Operações de TVM	63.492	60.846	55.894	-
Operações de Crédito	225.429	228.710	233.694	-
Créditos Tributários	3.943	4.207	4.386	-
Garantias Prestadas	-	-	-	-
Outros Ativos	55.404	56.888	57.076	-
Total Alocado	348.277	350.656	351.087	-

Consolidado Econômico-Financeiro – Risco Operacional				
<i>Abordagem Padronizada Alternativa</i>				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Valor da Parcela POPR – Total Alocado	7.436	7.436	8.386	-

Consolidado Econômico-Financeiro – Adequação do Patrimônio de Referência				
Valores em R\$ Milhares	Mar/2013	Jun/2013	Set/2013	Dez/2013
Patrimônio de Referência (PR)	799.508	806.513	832.316	-
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	355.720	361.543	359.484	-
Índice de Basileia II – Oficial	24,72%	24,54%	25,47%	-
Margem (folga de capital)	374.878	366.444	405.078	-
Risco de Taxas de Juros na Carteira Banking (Rban)	68.910	78.526	67.754	-

Nota:

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) do Conglomerado Financeiro e Consolidado Econômico-Financeiro observam as Resoluções 4.192 e 4.193, de 01/03/2013.